

---

## RELIGIÃO E MEIO AMBIENTE:

---

### O CAMINHO DA COMUNHÃO

---

### POTENCIALIZADA PELOS PEQUENOS

---

### GRUPOS ECLESIAIS\*

---



Valdir Stephanini\*\*, Julio Cezar de Paula Brotto\*\*\*

**Resumo:** *este artigo propõe que a comunhão potencializada pelos pequenos grupos eclesiais pode levar as comunidades cristãs a entenderem seu papel nesse momento de crise ecológica. Relaciona as categorias comunhão e pequenos grupos eclesiais tangenciando-as para um diálogo da espiritualidade cristã com a ciência. Sob a perspectiva do pensamento teológico de Leonardo Boff, John Stott, Garcia Rubio e do Papa Francisco, propõe-se que a consciência da crise ecológica pode ser ampliada por cristãos que participam de pequenos grupos eclesiais, visto que a comunhão permite maior integração dos participantes em questões que não são comumente expostas na liturgia das comunidades cristãs.*

**Palavras-chave:** *Religião. Meio-ambiente. Comunhão. Pequenos Grupos.*

**T**eriam os cristãos alguma contribuição para a discussão ecológica? Pelo fato de crerem que Deus criou o planeta Terra, e que um dia Ele mesmo o recriará, quando fizer “o novo céu e a nova terra” como poderiam ajudar a suprir as demandas ambientais, visto que segundo as escrituras “a natureza geme até agora, como em dores de parto” (Rm 8,22)? Não é possível afirmar, que em larga medida, os gemidos da criação, são responsabilidade dos cristãos, em função da maneira como utilizam o planeta Terra?

Na contemporaneidade, em que o olhar da humanidade se volta novamente para as questões ambientais, principalmente em função das queimadas na Amazônia legal, com apelos políticos os mais variados, este artigo pretende compreen-

---

\* Recebido em: 30.09.2019. Aprovado em: 18.11.2019.

\*\* Doutor em Teologia (PUC RJ). Docente no Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões (Faculdade UNIDA). *E-mail:* valdir@fuv.edu.br

\*\*\* Doutor em Teologia (PUC RJ). Docente no Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões (Faculdade UNIDA). *E-mail:* julio.brotto@fuv.edu.br

der como as comunidades cristãs entendem seu papel na preservação do meio ambiente nesse momento de crise ecológica e mostrar um caminho para a conscientização a partir da noção de comunhão potencializada pelos pequenos grupos eclesiais. A comunhão gerada nos e pelos pequenos grupos pode motivar os cristãos para o serviço altruísta, característica da herança cristã. Deveriam ser os cristãos os pioneiros no cuidado para com o planeta Terra, que em última análise é a casa comum de toda a humanidade (BOCKMUHL, 1977, p. 23-4).

## A CRISE AMBIENTAL E SUA REPERCUSSÃO EM AMBIENTES ECLESIAIS

É senso comum o fato de que se vive uma crise ambiental sem precedentes. Trata-se de uma crise generalizada, afetando e desequilibrando os ecossistemas em todo o globo terrestre. A crise hídrica, por exemplo, tem afetado grande parte da humanidade. O mau uso dos recursos naturais, aliado a estiagens prolongadas em algumas partes do Brasil e do mundo produzem falta de água potável para uso da população. Por outro lado, há também o excesso de chuvas ocorrendo em algumas partes do Brasil, causando tragédias, como a que aconteceu no estado do Espírito Santo no ano de 2013, ocasionando a morte de muitos inocentes (G1-ES, 2013). As estiagens prolongadas no nordeste brasileiro, que agora se estende até mesmo em parte do sudeste, são outro exemplo de que há um desequilíbrio evidente em função da falta de respeito e cuidado com o meio ambiente. Marina Silva (2013, p. 32) afirma que a água doce representa apenas uma pequena parcela (2,5%) de toda a água existente no planeta. Entretanto, a maior parte desse contingente de água doce (70%), está congelado, na Antártida e no Ártico, estando em forma de lagos e rios, apenas 0,3% do total. Mais assustador ainda é a maneira como essa água doce vem sendo utilizada. Cerca de 70% é usada para os sistemas de irrigação, 22% nas indústrias e 8% para uso doméstico.

Quando se pensa na realidade brasileira, constata-se que a região amazônica é a mais rica, contendo cerca de 20% de toda a água potável existente no planeta, incluindo também 45% da água subterrânea, como sugerem os dados disponibilizados pelo IBGE no censo de 2010. Daí se entende porque há tanta celeuma relacionada à região amazônica, incluindo organismos nacionais e internacionais. As queimadas, o desmatamento, o mau uso do solo e dos rios, sem o cuidado necessário com o meio ambiente tem sido pauta das grandes discussões relacionadas ao assunto tanto na mídia como na academia.

A metáfora da água é abundantemente utilizada pelas Sagradas Escrituras, indicando plenitude, criatividade, desde Gênesis 1,2, onde se lê que a água cobria toda superfície, sendo alvo da ação do Espírito de Deus e de onde foram formadas as demais coisas. A Bíblia fala de “rios de águas vivas” em várias partes, mas como afirma Silva (2013, p. 32): “temos transformado os rios de águas vivas em rios de águas mortas e produtoras de morte para as espécies que os habitam” e “temos conseguido fazer com que a bênção da chuva vire chuva ácida sobre a

terra, lagos e rios. O lixo amontoado em aterros produz chorume, que se infiltra nas águas subterrâneas, envenenando-as” (STEPHANINI, 2016, p. 171).

Outro problema que se verifica, não só no Brasil, mas em várias partes do mundo, é a escassez de saneamento básico, em virtude da falta de prioridade nas políticas públicas, causando poluição nos rios e no mar. Esgoto de indústrias e domicílios, sem o devido tratamento, é despejado indiscriminadamente em rios, lagos e oceanos. O lixo, sem a coleta seletiva, tem sido causa de contaminação das praias, exterminando espécies marinhas e aves aquáticas, que se apropriam de pequenos artefatos de plástico e acabam perecendo. Nas zonas rurais o problema é a utilização indiscriminada de agrotóxicos e de outros componentes, com incidência destacada no Brasil, que além de contaminar as frutas, verduras e hortaliças, são levados pela chuva para os cursos d’água.

As tragédias recorrentes com o rompimento de barragens têm sido arrasadoras, tanto para o meio ambiente como também para a sociedade, causando a morte de centenas de pessoas, contaminando rios e lagos, destruindo florestas e causando dor e sofrimento para milhares de pessoas. O rompimento da barragem da Samarco em Mariana, no dia 05 de novembro de 2015, além de destruir povoados inteiros, poluiu o Rio Doce, matou peixes e deixou milhares de pessoas sem emprego e sem água potável por meses (MILANEZ; LOSEKANN, 2016, p. 11). E o que falar sobre a tragédia de Brumadinho, ocorrida em 25 de janeiro de 2019, deixando centenas de mortos e um mar de destruição! (CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2019, p. 11).

O aparecimento de manchas de óleo em centenas de praias do Nordeste, que completou dois meses no dia 30 de outubro é outro problema que tem afetado, não só o meio ambiente, mas milhares de famílias que sobrevivem do turismo, da pesca e de outros recursos retirados do mar, o que coloca em risco também a vida de voluntários que têm se dedicado na retirada do óleo das praias (DANTAS; OLIVEIRA; MANZANO; FIGUEIREDO, 2019).

Stott (2014, p. 145-6) faz algumas ponderações preocupantes sobre a crise ambiental, afirmando que

*há muito tem sido dito que, nos próximos cinquenta anos, a água será mais importante ainda do que o petróleo como recurso escasso ameaçado. Alguns têm até predito que haverá violência entre nações por causa do acesso à água e aos direitos sobre rios que cruzam fronteiras entre países.*

A Assembleia Geral das Nações Unidas no dia 28 de julho de 2010 aprovou a Resolução 64/292 que trata sobre o direito humano à água e ao saneamento, destacando a importância da água para a vida e a saúde das pessoas. Trata-se de um direito inalienável para os seres humanos e demais seres vivos, porque sem água não há vida, nem saúde, nem dignidade humano, direito que se constitui em pré-requisito para a realização e todos os outros direitos humanos (ONU, 2010).

Já na década de 70 do século passado Schaeffer (1976, p. 99) advertia: “A verdade é que, de uma forma arrogante e egoísta, a natureza tem sido reduzida a uma ‘coisa’, para que o homem a possa usar e explorar”. O fato é que os principais problemas relacionados com o meio ambiente não são fenômenos naturais, embora esses também ocorram, e sim pelas ações das pessoas que interferem no ecossistema. Importante que se reconheça isso, sobretudo por parte daqueles e daquelas que se dizem cristãos, e a partir disso, tomar medidas que produzam uma reversão desse quadro caótico que vem se instalando. Afinal, como escreveu Schaeffer (1976, p. 102), “se amo Aquele que ama, amo o que Aquele que ama tem feito. Se não amo o que Deus tem feito, na área humana e da natureza, amo realmente a Deus?”. Por sua vez Higgins (*apud* STOTT, 2014, p. 165) destaca seis inimigos da sustentabilidade, a saber: a explosão populacional, a crise de alimentos, a escassez de recursos, a degradação ambiental, o abuso nuclear e a tecnologia científica. Como sétimo inimigo Higgins coloca o próprio ser humano, em sua dificuldade de enxergar os grandes desafios que se lhe apresentam no que tange ao às questões ecológicas, como também a falta de vontade política para um enfrentamento consistente do problema. Entende que a solução passa pela aquisição de uma nova consciência ecológica, uma nova visão, um renascimento de suas capacidades morais e religiosas para a solução dos principais problemas relacionados ao meio ambiente. E isso precisa partir daqueles e daquelas que conhecem a Palavra de Deus, a saber, os discípulos e discípulas de Jesus Cristo, que sabem o plano divino para a humanidade e para o universo, dentro do qual receberam a incumbência de cuidar da criação de Deus com dedicação e perseverança.

Fazendo essa conexão entre o discipulado cristão e a responsabilidade com o meio ambiente Stephanini (2016, p. 172) afirma:

*Jesus não reconheceu qualquer distinção entre o material e o espiritual. Para ele, tanto o espiritual quanto o material são aspectos do mesmo Reino de Deus. Os seguidores de Cristo precisam caracterizar-se consistentemente conforme a verdade que Deus é o criador e dono de todas as coisas e que, sob o senhorio de Cristo, todos os valores, sejam materiais, sejam espirituais, devem cumprir os propósitos de Deus. Como discípulos/as dele também é preciso parar de ficar olhando só pra cima, esperando a volta de Cristo (At 1,11), postulando uma escatologia escapista, que prega a fatalidade do quanto pior melhor porque indica que Jesus está voltando. Na qualidade de mordomos de Deus há muito que ser feito em favor da sustentabilidade do meio ambiente.*

Com essa perspectiva, é preciso que se tenha coragem para o desenvolvimento de ações que façam a diferença, tanto em nível pessoal e familiar, com pequenos gestos como economizar água e energia, proceder a coleta seletiva do lixo, etc. como ações coletivas, em nível de comunidades cristãs, promovendo mutirões de solidariedade com o meio ambiente, cumprindo o plano de Deus e contribuindo para a transformação da sociedade com a implementação dos valores do seu Reino.

Rubio (2001, p. 534) entende que “é pelo uso predatório e destrutivo do meio ambiente que a Civilização Industrial tem sido mais contestada ultimamente. A reação contra o mau uso da natureza por parte do homem é um dos pontos básicos que estão na raiz o surgimento do mundo pós moderno”. Diante desse quadro, os cristãos têm sido acusados de serem omissos, tanto na abordagem dessas temáticas nos púlpitos das igrejas, como também nas ações catequéticas de seus membros, dando mais atenção a uma salvação que visa a eternidade, num mundo imaginário, do que com a sobrevivência no mundo concreto e real criado por Deus.

## A ECLESIOLOGIA DE COMUNHÃO E O MEIO AMBIENTE

Nesta seção do artigo se buscará na eclesiologia de comunhão o referencial teórico para o estabelecimento de uma relação necessária entre a religião e o meio ambiente.

A comunhão, tanto com a divindade quanto com o próximo e com o meio ambiente, é tema que vai além dos limites das tradições religiosas, mas tem recebido especial atenção entre os cristãos ao longo do século XX, sobretudo por parte de católicos e protestantes.

Na Igreja Católica Apostólica Romana, o Concílio Vaticano II é tido como marca fundamental para aquilo que se convencionou chamar de eclesiologia de comunhão (TEPEDINO, 2002, p. 175). Não só o concílio que ocorreu aqui entre 11 de outubro de 1962 e 8 de dezembro de 1965, mas tudo o que em relação a ele esteve envolvido, tanto o período que lhe antecedeu, como também o período posterior com a sua recepção ao redor do mundo, no qual as conclusões, especialmente as constantes da Constituição Dogmática *Lumen Gentium* (KLOPPENBURG; VIER, 1995, p. 37-59) foram compreendidas e colocadas em prática.

Entre os protestantes, não aconteceu nenhum evento da magnitude do Vaticano II, até porque entre estes, as coisas acontecem de maneira diferente, por se tratar de movimento não centralizado. Como afirma Stephanini (2016, p. 50), “o caminhar das Igrejas Protestantes pode ser compreendido através da reflexão teológica e da publicação de inúmeros livros de natureza mais pragmática a respeito dos Pequenos Grupos”, mas que revelam uma preocupação com a comunhão que precisa ser reconhecido e valorizado. Paira aí uma esperança de se discutir de maneira mais efetiva as questões relacionadas à ecologia e ao meio ambiente.

O documento do Papa Francisco (2015, p. 76) propõe que se utilize o termo teológico criação para se referir ao meio ambiente. Nessa direção, a eclesiologia de comunhão, por se manter aberta à inclusão e às várias dimensões dos relacionamentos humanos, deve levar à sensibilidade ecológica e ao respeito com o meio-ambiente. O Papa Francisco (2015, p. 2) entende que o termo natureza está relacionado a uma mentalidade de apropriação, de posse, de exploração por parte do ser humano, o que pode causar degradação, afinal “crescemos pensando que éramos seus proprietários e dominadores, autorizados a saqueá-la”.

Por outro lado, segundo o entendimento do Papa, o termo criação remete sempre a um Criador, lembrando que a terra, tem um dono e que somos todos seus delegados não para destruir, mas para cuidar. A partir daí é que se entende que a dimensão ecológica da fé deve ser inserida como uma das características da eclesiologia de comunhão, embora essa compreensão tenha seja recente. “Todo o universo material é uma linguagem do amor de Deus, do seu carinho sem medida por nós. O solo, a água, as montanhas: tudo é carícia de Deus” (PAPA FRANCISCO, 2015, p. 84).

Visto desta forma, comunhão com a criação é uma condição para a vivência concreta da eclesiologia de comunhão. Assim como, numa experiência de efetiva comunhão, se vivencia o acolhimento e o respeito ao/à próximo/a e se percebe Deus como amor, comunhão e relação, também a criação deve ser concebida do mesmo modo (STEPHANINI, 2016, p. 101). Numa comunidade fundada na eclesiologia de comunhão, aprende-se a respeitar “as leis da natureza e os delicados equilíbrios entre os seres deste mundo” (PAPA FRANCISCO, 2015, p. 68).

Diante de tudo isso, é necessário que se ressalte a relevância da construção de uma espiritualidade de comunhão, compreendendo-se o Evangelho da Salvação não só na dimensão da individualidade, como tem sido comum, sobretudo entre os Protestantes, mas com conotação de comunhão e de comunidade. Significa que o ponto de partida para a leitura de qualquer realidade, desde Deus, como já se disse antes, até o contato com Ele através do acolhimento da Escritura e dos cultos e demais celebrações, está na valorização do sentido de pertença comum, com tudo que isso implica (STEPHANINI, 2016, p. 101). Inclui nisso o reconhecimento da presença de Deus nas outras pessoas e no restante da criação, assim como em si mesmo/a. Como afirma Stephanini (2016, p. 102):

*a espiritualidade de comunhão dá primazia ao nós em lugar do eu isolado, fechado em si, não relacional. Esta espiritualidade não despreza a individualidade, mas, ao contrário, insere a individualidade na dinâmica da relacionalidade e isto é visto como caminho de Deus, processo de salvação,*

Estão subentendidos, nisso, os relacionamentos que o ser humano estabelece com a sua comunidade e com o meio em que vive, incluindo a totalidade da criação de Deus.

## COMUNHÃO COM A CRIAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE ATRAVÉS DOS PEQUENOS GRUPOS

A partir de meados do último século, tanto no catolicismo como no protestantismo, passou-se a utilizar a estratégia dos Pequenos Grupos como configuração eclesial a fim de vivenciar com mais efetividade os valores do Reino de Deus e o cumprimento da missão.

Uma das opções de Pequenos Grupos é conhecida como Igreja em células. Segundo o missionário e teólogo norte americano Neighbour Jr. (2000, p. 19), o movimento conhecido como Igreja em Células se vê reproduzindo a experiência das igrejas mencionadas no Novo Testamento, que utilizavam os Pequenos Grupos como base de sua estrutura. Os postulantes dessa ideia entendem que o modelo de Igreja em Células visa resgatar os valores do Reino de Deus expressos nas Sagradas Escrituras e as práticas das Igrejas do período do Novo Testamento. Convém que se diga, porém, que a inspiração desse movimento vem de um pastor do Sul da Coréia, Yonggi Cho, que já modificou duas vezes seu nome, passando por Paul Yonggi Cho e posteriormente David Yonggi Cho. Pastoreando uma pequena Igreja Assembleia de Deus na Coréia do Sul, no início da década de 1970, o referido pastor estabeleceu uma nova configuração eclesial em sua comunidade, criando Pequenos Grupos que se reuniam nos lares, aos quais denominou Grupos Familiares (CHO, 1985, p. 192). O resultado dessa nova metodologia de trabalho impactou definitivamente o crescimento da Igreja, que tomou grandes proporções. A partir de então, nominada como Igreja Central do Evangelho Pleno, em Seul, vem influenciando igrejas cristãs ao redor do mundo.

A filosofia dos Pequenos Grupos como configuração eclesial tem se estabelecido em muitas igrejas protestantes no Brasil, causando mudança no modo de ser igreja e de agir no mundo. Algo semelhante aconteceu nas comunidades católicas, a partir do Vaticano II. A versão católica das pequenas comunidades, no processo de recepção da eclesiologia do Concílio no contexto da América Latina, destacaram-se as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), muito presentes na Igreja Católica Brasileira, especialmente nas últimas décadas do século passado.

Na América Latina, sobretudo entre os brasileiros, o conceito de comunhão vivenciado em pequenas comunidades foi concretizado através das CEBs, muito discutida e aprofundada pela Conferência de Aparecida, reconhecidas como Pequenas Comunidades (DOCUMENTO DE APARECIDA – DAp, p. 178-180). “Trata-se de formas eclesiais variadas, a partir da categoria de povo, que manifestam a verdadeira concreção da Igreja de Cristo” (CAVACA, 2013, p. 129) a partir da realidade do povo, das pequenas comunidades onde a comunhão é cultivada e desenvolvida com profundidade.

De acordo com a atual consciência evangelizadora católica, é possível compreender a caminhada e, mais ainda a contribuição das CEBs a partir do Documento de Aparecida. Este Documento trata diretamente do assunto das CEBs no 5º capítulo, ao se referir aos lugares eclesiais para a comunhão. Na verdade, todo o 5º capítulo pode ser visto como a manifestação da eclesiologia de comunhão presente na vida católica. Especificamente sobre as CEBs, o Documento fala que elas “permitiram ao povo chegar a um conhecimento maior da Palavra de Deus, ao compromisso social em nome do Evangelho, ao surgimento de novos serviços leigos e à educação da fé dos adultos” (DAp 178 *apud* PUEBLA 629). O Documento de Aparecida não nega a possibilidade de outras formas

de pequenos grupos ou pequenas comunidades (DAp 180), assunto que volta a ser tratado, dentro do mesmo Documento, no capítulo seguinte, o 6º, quando se refere aos lugares de formação do discipulado missionário (DAp 307-10).

É importante que se diga que, apesar de ser uma proposta inovadora na filosofia de ministério na Igreja, é necessário reconhecer que não se trata de algo inédito na história das comunidades cristãs. Cook (1994, p. 326) advoga que “o Novo Testamento é, fundamentalmente, a verdadeira história do surgimento, desenvolvimento e reflexão das primeiras Comunidades Eclesiais de Base”. Entretanto, é inegável que as CEBs desse tempo apresentam uma renovação movida pelo Espírito, a partir da reflexão e da reação diante da opressão e das injustiças vividas pelos mais pobres. Como afirmam Boff e Boff (2010, p. 16): “são as próprias Comunidades que, em seus pastores e em suas bases, começam por refletir a fé em chave libertadora”. Leonardo Boff entende que a característica principal desta maneira de ser igreja é a vida em comunidade e a prática da fraternidade, onde as pessoas sentem-se irmãs e colocam em prática os dons espirituais que receberam, sobretudo com uma disposição generalizada para o serviço. É a Igreja de Jesus Cristo vivendo o amor por ele demonstrado e ensinado, pois a Igreja, mais que a organização, é um organismo vivo, que se recria, alimenta e renova a partir de suas bases. Mas, apesar de todo o seu entusiasmo em torno das CEBs, Leonardo Boff alerta para o fato de que, conquanto as CEBs sejam uma legítima expressão comunitária do Cristianismo, não podem pretender ser uma alternativa global à Igreja-instituição, mas seu permanente fermento renovador (BOFF; BOFF, 2010, p. 10).

Stephanini (2016, p. 80) esclarece que “com o passar dos anos as CEBs passaram por altos e baixos como todo e qualquer movimento de renovação. Mas certamente isso tem contribuído para que as pequenas comunidades se aperfeiçoem em sua metodologia no cumprimento da missão”. Como pode ser visto no Documento de Aparecida, “a Igreja é comunhão no amor. Esta é a sua essência e o sinal através do qual é chamada a ser reconhecida como seguidora de Cristo e servidora da humanidade” (DAp, 161). Constata-se um reconhecimento, por parte da conferência, de que as Comunidades Eclesiais de Base têm um papel importante no processo de dinamização da Igreja. Como evidência desse reconhecimento é que o documento final do encontro menciona diretamente as CEBs em cinco momentos diferentes (DAp 99c, 99e, 178, 179 e 180). Exemplificando o que acabou de ser dito pode-se citar o que o documento afirma:

*Na experiência eclesial de algumas Igrejas da América Latina e do Caribe, as Comunidades Eclesiais de Base têm sido escolas que têm ajudado a formar cristãos comprometidos com sua fé, discípulos e missionários do Senhor; como testemunha a entrega generosa, até derramar o sangue, de muitos de seus membros. Elas abraçam a experiência das primeiras comunidades, como estão descritas nos Atos dos Apóstolos (At 2,42-47). Medellín reconheceu nelas uma célula inicial de estruturação eclesial e foco de fé e evangelização. Puebla constatou que as pequenas comunidades, sobretudo as*

*comunidades eclesiais de base, permitiram ao povo chegar a um conhecimento maior da Palavra de Deus, ao compromisso social em nome do Evangelho ao surgimento de novos serviços leigos e à educação da fé dos adultos; no entanto, também constatou que não têm faltado membro de comunidade ou comunidades inteiras que, atraídas por instituições puramente leigas ou radicalizadas ideologicamente, foram perdendo o sentido eclesial (DAP, 178).*

Ao falar sobre o futuro da Igreja, Neighbour Jr. (1983) defende que as comunidades bem-sucedidas não serão reconhecidas pelos edifícios que construíram, nem o uso atualizado das novas tecnologias, nem sua imponência nas estruturas. Segundo ele a igreja do futuro “será a que Deus usará nas próximas gerações e que conterá os elementos de todas as igrejas de séculos passados que têm sido edificadas por Deus, que penetre eficazmente a cultura de seu tempo para Cristo” (NEIGHBOUR JR, 1983, p. 22).

Moltmann (2011, p. 16), por sua vez, visualiza a Igreja do futuro sendo

*a Igreja dos cuidados pastorais dispensados ao povo para uma Igreja-comunhão do povo no povo [...] Se for diferente, a Igreja não poderá exercer seus ministérios, missões e serviços na comunidade, com a comunidade e pela comunidade. Igrejas missionárias, Igrejas Confessionais, e ‘igrejas sob a cruz’ são ou se tornarão inevitavelmente Igrejas-comunhão. Não acabam em isolamento social, mas se tornam uma esperança viva para o povo. A crise tantas vezes descrita de Igrejas de membresia geral ou de Igrejas Regionais nos antigos países ‘cristãos’, sua perda de função pública, a apatia de seus membros e a lentidão de sua burocracia são chances para a construção de uma Igreja-comunhão e para a realização do princípio ‘comunidade’.*

Pensando de maneira semelhante, Stephanini (2016, p. 89) entende que na esteira dos Pequenos Grupos e das Pequenas Comunidades, a Igreja vai encontrando um novo jeito de ser Igreja, que ultrapassa as fronteiras denominacionais, indo além, inclusive das barreiras entre o catolicismo e o protestantismo, unindo ambos na estratégia de expansão do Reino de Deus.

Caminhando nessa direção, o que se pretende com esse artigo é mostrar a viabilidade da utilização dos Pequenos Grupos, no contexto católico ou protestante, como estratégia a fim de engajar as pessoas que deles fazem parte, no processo de conscientização e preservação do meio ambiente.

Em função dos dilemas ecológicos vivenciados pela sociedade, como focado na primeira seção desse artigo, faz-se necessário que a Igreja inclua em sua agenda de discussões temáticas relacionadas à criação, buscando, inclusive, alternativas para a recuperação das nascentes que foram eliminadas pelas ações irresponsáveis de exploração, sem critérios, do mercado industrial, imobiliário e agrícola.

Nesse sentido, o Papa Francisco (2015, p. 58) adverte que isso não significa igualar todos os seres vivos deixando de ver o ser humano em seu aspecto singular, como

também não significa que se deva divinizar a terra e o restante da natureza, como acontece em algumas situações extremas, em que animais e plantas são protegidos e até adorados em detrimento de situações deploráveis enfrentadas por seres humanos que vivem em situação calamitosa. Entretanto, é indiscutível a relevância de temas como poluição e mudanças climáticas, desperdício e escassez de água, desequilíbrio da biodiversidade, deterioração da qualidade de vida humana e degradação social, as desigualdades e muitos outros temas abordados pelo Papa Francisco (2015, p. 20-22) em sua carta pastoral.

Padilla (2011, p. 49) defende que o fato de Jesus ser o Senhor de tudo, inclui as questões relacionadas à ecologia.

*Se Jesus Cristo é o Senhor de todo o universo, a quem foi dada autoridade no céu e na terra, sua soberania se estende tanto ao âmbito econômico como ao político, tanto ao âmbito social como ao cultural tanto ao âmbito estético como ao ecológico, tanto ao âmbito pessoal como ao comunitário. Nada, nem ninguém, ficam excluídos de seu senhorio.*

Diante de um quadro tão preocupante é fundamental que se reconheça que o esforço para a restauração e a preservação do meio ambiente deve se colocar acima que qualquer definição de ideologia, política ou religião. Como entende Stephanini (2016, p. 168):

*nesta batalha toda a humanidade deve lutar do mesmo lado, cada um fazendo a sua parte para que a casa comum seja preservada e mantida em ordem para as gerações futuras. Entretanto, é preciso ressaltar que isso não vai acontecer espontaneamente. É preciso mobilização da sociedade, procurando envolver cada habitante deste planeta, independente de nacionalidade, raça, cor, ideologia política e condição religiosa.*

Se a visão que deve nortear o conceito de espiritualidade finca raízes no paradigma transformador do Reino de Deus, certamente não se pode ignorar a necessidade de um engajamento consciente e consistente, em perspectiva ecumênica, na busca de soluções concretas para os grandes desafios do cuidado com a terra. É nesse sentido que os teólogos protestantes convidados para apreciar a Encíclica do Papa Francisco entendem o desafio da *Laudato Si*.

De acordo com Pinheiro (2016, p. 134), a mensagem do papa Francisco alcança toda a comunidade, independente de religião, porque é na comunidade, desprovida de qualquer tipo de preconceito, onde as pessoas convivem, desenvolvem laços primários e sentem-se responsáveis umas pelas outras e identificam interesses comuns, como a questão ecológica, que inclui a todos e a todas. Nesse sentido se sobressai a importância das pequenas comunidades na base do povo, em virtude de que nelas estão as lideranças formadoras e multiplicadoras de opinião, que articulam gente que se dispõe à ação. É nas bases, tanto

católicas como protestantes, que acontecem os relacionamentos primários das pessoas que se conhecem, que se amam e se ajudam mutuamente.

É fato conhecido que as igrejas cristãs têm abordado a questão do cuidado com a criação, numa disciplina denominada mordomia cristã. Kaschel (1956, p. 11) identifica o mordomo como “aquele que é incumbido da direção da casa, o administrador. É aquela pessoa a quem é entregue tudo quanto o senhor possuiu para ser cuidado e desenvolvido”. Embora mencione que o Universo pertence a Deus, que Adão tenha sido colocado como o primeiro mordomo, o tomador de contas das obras criadas por Deus, Kaschel (1956, p. 11) aborda a mordomia da personalidade, da influência, das oportunidades, do tempo, dos bens e da contribuição, mas não aborda diretamente a questão ecológica, não nos termos em que se propõe nesse artigo. Há que se reconhecer, que na ocasião em que o livro foi publicado, na década de 1960, as questões relacionadas à ecologia ainda não ocupavam o mesmo espaço que ocupam nesse início de novo milênio, mas é preciso reconhecer que mesmo agora, diante do agravamento da situação, a ecologia ainda não ocupa o lugar que deveria nos púlpitos, congressos, estudos bíblicos e retiros, fato que precisa ser corrigido com a maior urgência possível.

Na Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira, documento oficial dessa destacada denominação protestante, pode-se ler:

*Mordomia é a doutrina bíblica que reconhece Deus como Criador, Senhor e dono de todas as coisas. Todas as bênçãos temporais e espirituais procedem de Deus e por isso devem os homens a ele o que são e possuem e, também, o sustento. O crente pertence a Deus, porque Deus o criou e o remiu em Jesus Cristo. Pertencendo a Deus, o crente é mordomo ou administrador da vida, das aptidões, do tempo, dos bens, da influência, das oportunidades, da personalidade, dos recursos naturais e de tudo o que Deus lhe confia em seu infinito amor, providência e sabedoria (FERREIRA, 2002, p. 157).*

O documento reconhece que Deus criou todas as coisas para a sua glória, como se lê nos primeiros capítulos do livro de Gênesis e colocou o ser humano, criado à sua imagem e semelhança (Gn 1,26-27) como o administrador, ou seja, o mordomo de todas as coisas que ele havia criado (Gn 1,28-30, 2,15). Entretanto, isso não dá ao ser humano o direito de usar os recursos naturais sem critério, com vem acontecendo, como se tudo fosse dele, pois, na verdade, tudo pertence ao Senhor (Sl 24,1). É preciso que se resgate a ideia de que Deus não abdicou do seu direito de propriedade do universo, particularmente do planeta Terra, apenas fez concessão de uso e atribuiu ao ser humano a responsabilidade para tomar conta, ser mordomo, administrar, a sua criação. Falando sobre a responsabilidade humana diante da criação, Stott (2014, p.163-4), por sua vez, entende que

*o domínio que Deus nos deu é delegado, responsável e cooperativo; o ser humano pre-*

*cisa expressar o mesmo cuidado com o ambiente que o seu Criador e sustentador tem; longe de explorar a terra e suas criaturas, nós devemos usá-lo de maneira que prestemos contas a Deus e sirvamos a outros [...]. O domínio que Deus deu à raça humana é uma administração escrupulosa e cuidadosa que envolve poupar os recursos da terra. Seria ridículo supor que Deus primeiro criou a terra e, depois, a passou a nós para que a destruíssemos.*

É convicção da maioria dos cristãos, que Deus é o criador, sustentador e verdadeiro dono de todas as coisas (Rm 11,36). Os seres humanos são apenas seus mordomos, encarregados de tomar conta da sua criação. Entretanto, entre acreditar nisso e adotar uma postura de respeito, preservação, cuidado e uso criterioso dos recursos naturais vai uma longa distância.

Quando se olha para trás, pode-se ver a mão de Deus criando e sustentando todas as coisas, tendo a cooperação dos seres humanos para preservar e cuidar das obras por ele criadas. Quando se olha pra frente, é possível visualizar um quadro sombrio, a menos que as religiões se unam num grande projeto de cuidado e preservação do meio ambiente, porque quando se olha para o presente, o quadro que se vê não é nada confortável e deve sensibilizar a todos na adoção de medidas restauradoras diante da incontestável responsabilidade de todos os seres humanos na preservação de seu habitat.

Como entende Stephanini (2016, p. 173),

*a saída para o problema da escassez d'água, como também os demais relacionados ao meio ambiente, é muito mais complexa do que parece. São necessárias ações individuais e coletivas, públicas e privadas, institucionais e pessoais, numa somatória de esforços para que haja reversão deste quadro preocupante que foi descrito acima. É preciso começar com pequenas ações dentro de casa, economizando água e energia, lidando bem com o lixo, evitando desperdício, lavando menos os carros e calçadas, captando a água da chuva e priorizando a energia solar, usando meios de transporte alternativos, construindo casas e prédios com janelas maiores para que se use menos energia durante o dia. Mas é claro que isso não basta. É preciso também ações em âmbito institucional, seja promovida pela igreja, escola, governos, ONGS, empresas. É preciso acordar para a necessidade de tratamento e reutilização da água por parte das empresas e instituições. É uma questão de sobrevivência e deve envolver toda a sociedade.*

Diante desse quadro, é impossível pensar sobre a presença e a missão da Igreja de Jesus Cristo no mundo sem levar em consideração a superpopulação e a insuficiência de alimentos, o esgotamento das reservas naturais, a poluição do ar e dos rios, a devastação de florestas e a destruição da cobertura vegetal em amplas regiões da terra, a corrida armamentista, a falta de saneamento básico, espécies em extinção, as injustiças na distribuição dos bens elementares para uma sobrevivência digna (GARCIA RUBIO, 2001, p. 535-42).

As comunidades cristãs brasileiras precisam acordar urgentemente, trabalhando para que haja uma genuína comunhão, não só entre as pessoas, mas também com a criação de Deus e que Deus seja visto não apenas como Salvador, mas também como Criador. “Conversão da pessoa e mudança estrutural, também no campo ecológico, devem estar mutuamente articuladas, mediante uma relação e inclusão” (GARCIA RUBIO, 2001, p. 572). É preciso superar a teologia da criação que coloca o ser humano apenas como o dominador e administrador dos recursos do meio ambiente. É preciso acentuar a responsabilidade e o grande fracasso da humanidade em cuidar da casa comum criada por Deus para a sua glória e para o bem de toda a sua criação.

Uma visão adequada do Reino de Deus precisa resgatar, por parte da Igreja de Jesus Cristo, um questionamento que tem sido omitido ao longo dos milênios pelos cristãos, ou seja, o que tem sido feito com o planeta terra? É urgente a necessidade de se “aprender a pensar ecologicamente, demonstrar arrependimento da extravagância, da poluição e da destruição irresponsável” (STOTT, 2014, p. 165) com medidas concretas de cuidado e zelo com a criação de Deus, utilizando as redes de Pequenos Grupos e Pequenas Comunidades, pelo Brasil a fora, para um trabalho de base nesse sentido.

Leonardo Boff (2006, p. 240), fazendo uma conexão entre a Teologia da Libertação e a questão ecológica afirma:

*A teologia da libertação nasceu ouvindo o grito do oprimido. Seu mérito foi ter dado centralidade ao empobrecido, fazendo-o sujeito de sua história e o lugar a partir do qual se entende melhor a natureza de deus como o Deus da vida, a missão de Jesus como promotor da vida em abundância e a natureza da Igreja como sacramento, vale dizer, instrumento e sinal de libertação integral. Mas não só os pobres gritam. Gritam as águas, gritam as florestas, gritam os animais, gritam os ecossistemas, grita a Terra. Todos esses também são vítimas da mesma lógica que cria os empobrecidos. Por isso a Terra e a natureza são explorados e devastadas [...]. Uma teologia da libertação somente será integral se incorporar, em sua reflexão e em sua prática, a libertação da Terra como sistema de sistemas.*

Em virtude da relevância da questão ecológica, é indispensável que as Igrejas Cristãs coloquem a necessidade de uma fé consciente em relação aos problemas ambientais na pauta principal de suas discussões, utilizando os Pequenos Grupos como estratégia para conscientização e desenvolvimento de ações concretas na direção da busca do equilíbrio ambiental. Isso em virtude dos fortes vínculos que os membros dos Pequenos Grupos desenvolvem entre si, do potencial de mobilização que representam e da agilidade para a tomada de iniciativas que visem o bem estar da comunidade.

## CONCLUSÃO

O meio ambiente se tornou uma questão importante no mundo, como resultado de sua importância como fator não apenas relativa ao desenvolvimento das nações, mas também na questão importantíssima da sustentabilidade do planeta Terra. Na edição de nov.2017/jan. 2018, a Environment Agency do Reino Unido publicou uma lista intitulada “As cinquenta coisas que salvarão o planeta” (FUNNELL, 2007-2008). A segunda coisa mais importante destacada foi a necessidade dos líderes religiosos fazer do planeta sua prioridade. Um dos participantes na pesquisa, Nick Reeves disse na ocasião: “Os grupos religiosos do mundo estão em silêncio por muito tempo naquilo que concerne ao meio ambiente. É hora de cumprirem seu legítimo papel coletivo ao nos lembrar que temos o dever de restaurar e manter o equilíbrio ecológico do planeta”. Este é o apelo que este artigo oferece para os cristãos e cristãs brasileiros(as): utilizem os pequenos grupos eclesiais para o cumprimento do legítimo papel cristão de restaurar e manter o equilíbrio ecológico do planeta.

## RELIGION AND ENVIRONMENT: THE PATH OF COMMUNION POTENTIALIZED BY SMALL ECCLESIAL GROUPS

**Abstract:** *this article proposes that the communion empowered by small ecclesial groups can lead Christian communities to understand their role in this time of ecological crisis. It relates the categories communion and small ecclesial groups tangentially to a dialogue of Christian spirituality with science. From the perspective of theological thinking of Leonardo Boff, John Stott, Garcia Rubio and Pope Francis, it is proposed that awareness of the ecological crisis can be broadened by Christians who participate in small ecclesial groups, since communion allows for greater integration of participants in issues that are not commonly exposed in the liturgy of Christian communities.*

**Keywords:** *Religion. Environment. Communion. Small Groups.*

### Referências

- BOCKMUHL, K. *Conservation and lifestyle*. Cambridge: Grove Books, 1977.
- BOFF, L. Duas utopias urgentes para o século XXI. In: SUSIN, L.C. *Teologia para outro mundo possível*. São Paulo: Paulinas, 2006.
- BOFF, C.; BOFF, L. *Como fazer teologia da libertação*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- CAVACA, O. A igreja, povo de Deus em comunhão. In: ALMEIDA, J.C.; MANZINI, R.; MAÇANEIRO, M. *As janelas do Vaticano II: a Igreja em diálogo com o mundo*. Aparecida: Santuário, 2013. p. 101-136.
- CHO, P.Y. *Grupos familiares e o crescimento da igreja*. Belo Horizonte: Betânia, 1985.

- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISCOS DO BRASIL. *Documento de Aparecida: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe*. São Paulo: Paulus/Paulinas, 2007.
- CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. *Relatório da missão emergencial a Brumadinho/MG após rompimento da Barragem da Vale S/A*. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos Humanos, 2019.
- COOK, G. *As comunidades eclesiais de base e a missão integral*. Belo Horizonte: Missão, 1994.
- DANTAS, Carolina; OLIVEIRA, Elida; MANZANO, Fabio; FIGUEIREDO, Patrícia. *Óleo no Nordeste: veja a evolução das manchas e quando ocorreu o pico do desastre que completa 2 meses*. Disponível em: <https://glo.bo/2qU5680>. Acesso em: 31 out. 2019.
- FERREIRA, E. S. *Manual da igreja e do obreiro*. Rio de Janeiro: JUERP, 2002.
- FUNNELL, M. (Ed.). *The 50 things that will save the planet*. Results from a poll of 25 experts. Your environment extra, Bristol, issue 17, nov.2007–Jan. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2loxJI7>. Acesso em: 26 set. 2019.
- G1-ES. *Defesa Civil contabiliza mais mortes por causa das chuvas no ES*, 2013. Disponível em: <https://glo.bo/2nww8kt>. Acesso em: 26 set. 2019.
- GARCIA RUBIO, A. *Unidade na pluralidade: o ser humano à luz da fé e da reflexão cristãs*. São Paulo: Paulinas, 2001.
- HIGGINS, Ronald. *The seventh enemy: the human factor in the global crisis*. Londres: Hodder & Stoughton, 1978.
- IBGE. Censo 2010. *Geoestatísticas revelam patrimônio ambiental da Amazônia Legal*. Disponível em: <https://bit.ly/2nxefSv>. Acesso em: 26 set. 2019.
- KASCHEL, W. *Não sou meu*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1956.
- KLOPPENBURG, B.; VIER, F. (orgs.). *Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações*. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. (orgs.). *Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*: Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.
- MOLTMANN, J. *Trindade e reino de Deus: uma contribuição para a teologia*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- NEIGHBOUR JR, R. W. *La iglesia del futuro*. Texas: Casa Bautista de Publicaciones, 1983.
- NEIGHBOUR JR, R. W. *Manual do auxiliar de célula*. Curitiba: Ministério Igreja em Células, 2000.
- ONU. *Resolution A/RES/64/292. The human right to water and sanitation*. 2010. Disponível em: <https://undocs.org/en/A/RES/64/292>. Acesso em: 26 set. 2019.
- PADILLA, C. R. Uma eclesiologia para a missão integral. In: PADILLA, C.R.,

COUTO P. *Igreja: agente de transformação*. Curitiba: Missão Aliança, Buenos Aires: Kairós. 2011. p. 43-68.

PAPA FRANCISCO. *Laudato Si: do santo Padre Francisco sobre o cuidado da casa comum*. São Paulo: Paulus; Loyola. 2015.

PINHEIRO, J. A terra e o reino: Laudato Si como alerta para a transformação. *In: RIBEIRO, C. O. (org.). Evangélicos e o papa: olhares de lideranças evangélicas sobre a Encíclica Laudato Si, do Papa Francisco*. São Paulo: Reflexão, 2016. p. 131-135.

SCHAEFFER, F.A. *Poluição e a morte do homem: uma perspectiva cristã da ecologia*. Rio de Janeiro: Junta de Educação Religiosa e Publicações, 1976.

SILVA, M. O espaço urbano e os cristãos. *Ultimato*, Viçosa-MG, ed. 345, nov./dez. 2013. Disponível em: <https://www.ultimato.com.br/revista/artigos/345/o-espaco-urbano-e-os-cristaos>. Acesso em: 26 set. 2019.

STEPHANINI, Valdir. *Aumento de Membresia ou reconfiguração eclesial? Um estudo pastoral sobre Pequenos Grupos em Igrejas Batistas do Estado do Espírito Santo*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

STOTT, J. *Os cristãos e os desafios contemporâneos*. Viçosa: Ultimato, 2014.

TEPEDINO, A. M. *Eclesiologia de comunhão: uma perspectiva*. *Atualidade Teológica*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 11, p. 160-179, 2002.